DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE RIO BRILHANTE

Conforme Lei Municipal

www.riobrilhante.ms.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/rio_brilhante

SUMÁRIO

Poder Executivo 2
Atos Oficiais 2
Leis 2
Portarias 9
Atos de Pessoal 10
Adicional de Tempo de Serviço e/ou Licença Prêmio 10
Promoção Horizontal 11
Outros Atos 13

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Rio Brilhante, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Rio Brilhante poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.riobrilhante.ms.gov.br

Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse www.imprensaoficialmunicipal.com.br/rio_brilhante As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Rio Brilhante
CNPJ 03.681.582/0001-07
Rua Athayde Nogueira, 1033
Telefone: 0800 100 2609
Site: www.riobrilhante.ms.gov.br

Instituto de Previdência Social dos Funcionários Municipais Rio Brilhante - MS
CNPJ 15.554.850/0001-09
Rua Prefeito Athayde Nogueira, n.º 979, Centro
Telefone: (67) 3452-8904
Site: www.prevbrilhante.ms.gov.br

Câmara Municipal de Rio Brilhante – MS
CNPJ 15.469.471/0001-10
Rua Athayde Nogueira, 1207
Telefone: (67) 3452-7895
Site: www.camarariobrilhante.ms.gov.br

Estado do Mato Grosso do Sul
Prefeitura Municipal de Rio Brilhante
"A Pequena Cativante"

LEI Nº 2.413, DE 09 DE OUTUBRO DE 2025

Declara de utilidade pública municipal o Clube de Tiro e Caça Rio Brilhante - MS.

O **Prefeito Municipal de Rio Brilhante**, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública municipal o Clube de Tiro e Caça Rio Brilhante - MS, com sede situada na Rua São Luís de Cáceres, nº 831, Rio Brilhante – MS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob nº 58.236.838/0001-69, fundado em 19 de julho de 2024, cujo Estatuto Social encontra-se devidamente registrado no 1º Cartório de Registro de Imóveis, Civil das Pessoas Naturais, Pessoas Jurídicas e Títulos e Documentos da Comarca de Rio Brilhante - MS, sob nº 534, do Livro A, protocolo de nº 21286 em 08/11/2024, selo digital nº AKM84405-050-NOR.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Brilhante – MS, 09 de outubro de 2025.

LUCAS CENTENARO FORONI
Prefeito Municipal

Estado do Mato Grosso do Sul
Prefeitura Municipal de Rio Brilhante
"A Pequena Cativante"

LEI Nº 2.415, DE 09 DE OUTUBRO DE 2025

Dispõe sobre denominação de próprio público no Município de Rio Brilhante – MS.

O **Prefeito Municipal de Rio Brilhante**, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado o centro de saúde, localizado na Rua Sidney Coelho Nogueira, nº 1106 - Centro, de Centro de Saúde **Dr. Irapuan Gonzaga Carneiro.**

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Brilhante – MS, 09 de outubro de 2025.

LUCAS CENTENARO FORONI
Prefeito Municipal

Estado do Mato Grosso do Sul
Prefeitura Municipal de Rio Brilhante
"A Pequena Cativante"

LEI Nº 2.416, DE 09 DE OUTUBRO DE 2025

Declara de utilidade pública municipal o Instituto Patas Curadas.

O **Prefeito Municipal de Rio Brilhante**, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública municipal o Instituto Patas Curadas, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na Rua José Candido Rocha, nº 500, Bairro Progresso, Rio Brilhante – MS, CEP 79130-000, inscrito no CNPJ sob o nº 60.489.524/0001-10, fundado em 10 de fevereiro de 2025, cujo Estatuto Social encontra-se devidamente registrado no Cartório 1º Ofício de Registro de Imóveis, Cível das Pessoas Naturais, Pessoas Jurídicas e Títulos e Documentos da Comarca de Rio Brilhante – MS, sob o nº de ordem 536 em 21/03/2025, Livro A, protocolo nº 21340 em 18/03/2025, selo digital nº AKY18156-290NOR.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Brilhante – MS, 09 de outubro de 2025.

LUCAS CENTENARO FORONI
Prefeito Municipal

Estado do Mato Grosso do Sul
Prefeitura Municipal de Rio Brilhante
"A Pequena Cativante"

LEI Nº 2.417, DE 09 DE OUTUBRO DE 2025

Dispõe sobre alteração da Lei nº 1.565, de 6 de maio de 2009, que "Declara de Utilidade Pública Municipal a Associação Comercial e Industrial de Rio Brilhante."

O **Prefeito Municipal de Rio Brilhante**, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a redação da ementa da Lei nº 1.565, de 6 de maio de 2009, que "Declara de Utilidade Pública Municipal a Associação Comercial e Industrial de Rio Brilhante", que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública municipal a Associação Empresarial de Rio Brilhante-AERB. (NR)"

Art. 2º Fica alterada a redação do art. 1º da Lei nº 1.565, de 2009, com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de utilidade pública municipal a Associação Empresarial de Rio Brilhante - AERB, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 24.664.302/0001-22, em data de 11 de maio de 1989, cujo Estatuto Social encontra-se devidamente registrado sob n.º 12.772 no Cartório do 1º Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas - Registro de Títulos de Documentos - desta comarca de Rio Brilhante -MS, no Livro de Registro APJ - 4, sob o nº de ordem 112, fls. 28 datado de 12 de novembro de 2008, com endereço na Rua Juviano Medeiros, 1119 - Centro, nesta cidade e comarca de Rio Brilhante - MS. (NR)"

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Rio Brilhante – MS, 09 de outubro de 2025.

LUCAS CENTENARO FORONI
Prefeito Municipal

Estado do Mato Grosso do Sul
Prefeitura Municipal de Rio Brilhante
"A Pequena Cativante"

LEI COMPLEMENTAR Nº 2.414, DE 09 DE OUTUBRO DE 2025

Dispõe sobre alteração da Lei Complementar nº 995, de 16 de dezembro de 1995, que "Institui o Código de Posturas do Município de Rio Brilhante."

O **Prefeito Municipal de Rio Brilhante**, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam acrescidos na Lei Complementar nº 995, de 16 de dezembro de 1995, que Institui o Código de Posturas do Município de Rio Brilhante, na Seção III, do Capítulo VI - Da Utilidade e do Trânsito das Vias e Logradouros Públicos, os arts. 133-A, 133-B, 133-C, 133-D, 133-E, 133-F e 133-G, com a seguinte redação:

"Art. 133-A. A execução de obras de reparos e consertos em vias públicas, decorrentes de serviço de engenharia executados por concessionárias ou permissionárias de serviços públicos ou terceirizadas por elas contratadas, que de qualquer modo impliquem intervenções sobre o pavimento da via e passeio público, a qualquer título, deverá ser obrigatoriamente comunicada ao órgão municipal competente.

Art. 133-B. Quaisquer obras referidas no art. 133-A desta lei, que importem a execução de serviços sobre o pavimento da via pública ou do passeio, a exigir a retirada total ou parcial do pavimento, escavação, aterramento, perfuração, corte ou quaisquer outras medidas dessa natureza somente poderão ser executadas mediante comunicação prévia e formal ao órgão municipal competente, com antecedência mínima de 3 (três) dias.

Art. 133-C. Em se tratando de obras emergenciais cuja execução deva ser imediata para a não interrupção do serviço público, ou mesmo para prevenir a ocorrência de danos à própria integridade da via ou logradouro público atingido, a sua realização poderá ocorrer sem a comunicação referida no art. 133-B desta Lei, desde que:

I - haja a comunicação ao órgão municipal competente no prazo máximo de 2 (dois) dias da sua realização, com especificação dos serviços executados; e

II - o restabelecimento do pavimento da via ou logradouro público às mesmas condições de qualidade anteriores à sua execução.

Parágrafo único. Qualquer que seja a hipótese de execução dos serviços sobre a via ou logradouro público, é responsabilidade da executora restabelecer o pavimento removido ou

atingido pelo serviço segundo padrões de qualidade do sistema viário, adequados à utilização do espaço público para os fins a que se destina.

Art. 133-D. Fica obrigatório o total e satisfatório conserto, com obras de tapa valas e tapa buracos, no prazo de 72 (setenta e duas) horas do término das obras realizadas em vias públicas e passeios públicos, onde foram abertos buracos e valas para a realização de serviços de instalação, manutenção ou conserto das redes de água e esgoto, luz, gás, telefone, internet ou outros serviços correlatos.

*§ 1º O prazo para conserto poderá ser estendido para 5 (cinco) dias do determinado no **caput** deste artigo, quando manifestada e comprovada a necessidade por escrito, protocolizado no órgão competente da administração pública municipal.*

§ 2º As obras de tapa valas e buracos terão garantias de qualidade do serviço de, no mínimo 6 (seis) meses, quando realizadas em vias sem calçamento ou pavimentação, e de 18 (dezoito) meses, quando realizadas em vias calçadas ou pavimentadas.

§ 3º Nas obras de tapa valas e buracos, será respeitada a reposição das modalidades de pavimento, tais como: calçamento, asfalto, paralelepípedos, meios-fios, terra, pisos intertravados, entre outros.

§ 4º O padrão de qualidade da reposição dos pavimentos deverá respeitar o mesmo padrão do piso originário, devendo em todos os casos ser precedido de compactação do solo e demais normas de engenharia que corroboram na qualidade e segurança dos serviços.

Art. 133-E. A obrigação de que trata esta lei é de responsabilidade das empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos descritos no art. 133-A primeiro desta lei e outras que vierem a surgir, ainda que as obras causadoras das valas e dos buracos tenham sido realizadas por terceiros contratados por essas empresas.

Art. 133-F. Nos casos em que a qualidade da recomposição não se apresentar satisfatória, ou o atraso na reconstituição do pavimento for superior ao previsto no § 1º, do art. 133-D, poderá o município prover a reconstituição do pavimento e, mediante laudo de engenharia, efetuar a cobrança do sujeito responsável pelo conserto.

Art. 133-G. Enquanto perdurarem as obras realizadas pelas empresas concessionárias de serviços públicos de água e esgoto, luz, gás, telefone, internet e outros, as vias e passeios públicos deverão obrigatoriamente ser sinalizados pelas referidas empresas, se necessário, isolá-los com placas que permitam a nítida visualização também à noite, além de garantir, com segurança a passagem de pedestres e veículos."

Estado do Mato Grosso do Sul
Prefeitura Municipal de Rio Brilhante
"A Pequena Cativante"

Art. 2º Fica acrescido no anexo à Lei nº 995/95 TABELA DE MULTAS E INFRINGÊNCIAS AOS DISPOSITIVOS DO CÓDIGO DE POSTURAS na linha da ocupação de vias e logradouros públicos, os arts. 133-A, 133-B, 133-C, 133-D, 133-E, 133-F, 133-G.

Art. 3º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Brilhante – MS, 09 de outubro de 2025.

LUCAS CENTENARO FORONI
Prefeito Municipal

Estado do Mato Grosso do Sul
Prefeitura Municipal de Rio Brilhante
"A Pequena Cativante"

PORTARIA Nº 306, DE 09 DE OUTUBRO DE 2025

Institui e nomeia os membros da comissão para avaliação das amostras referente ao processo licitatório para aquisição de laticinios (leite pasteurizado, queijo muçarela e iogurte integral artesanal) em atendimento a Rede Municipal de Ensino.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRILHANTE,** Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais conferidas no art. 77, inciso IX da Lei Orgânica do Município de Rio Brilhante,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir comissão de avaliação de amostras para participação no certame relativo à aquisição de Laticínios (leite pasteurizado, queijo muçarela e iogurte integral artesanal) para atender a alimentação escolar da Rede Municipal de Ensino através da Secretaria Municipal de Educação, os seguintes servidores:

Art. 2º Ficam designados os servidores abaixo listados para compor a comissão:

I - Thais Neves Amado - *Nutricionista* - Matrícula funcional nº 18.507;

II - Adriana da Rosa Ferreira - *Merendeira* - Matrícula funcional nº 1.784;

III - Eridiane Maria dos Santos - *Merendeira* - Matrícula funcional nº 2.387.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Brilhante - MS, 09 de outubro de 2025.

LUCAS CENTENARO FORONI
Prefeito Municipal

Estado do Mato Grosso do Sul
Prefeitura Municipal de Rio Brilhante
"A Pequena Cativante"

DECRETO Nº 34.156, DE 17 DE JULHO DE 2025

*REPUBLICADO

Dispõe sobre Retificação do Decreto que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRILHANTE, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais conferidas no art. 77, inciso I da Lei Orgânica do Município de Rio Brilhante, resolve:

RETIFICAR o Decreto nº 31.858/2023, que dispõe sobre Adicional de Tempo de Serviço e Licença Prêmio, de modo que:

ONDE CONSTOU:
§ 1º - Mais dez por cento (**10%)** sobre o salário base do cargo efetivo, de **Adicional de Tempo de Serviço**, totalizando 10% (dez por cento) referente ao período aquisitivo de **01/06/2017 a 01/06/2022**, com base nos Art. 79, IV e Art. 86, Parágrafo Único, da Lei nº 1.047 de 24 de setembro de 1997 (Estatuto dos Servidores do Município de Rio Brilhante). Com efeitos retroativos a fevereiro de 2023.

PASSE A CONSTAR:
§ 1º - Mais dez por cento (**10%)** sobre o salário base do cargo efetivo, de **Adicional de Tempo de Serviço**, totalizando 50% (cinquenta por cento) referente ao período aquisitivo de **11/02/2018 a 11/02/2023**, com base nos Art. 79, IV e Art. 86, Parágrafo Único, da Lei nº 1.047 de 24 de setembro de 1997 (Estatuto dos Servidores do Município de Rio Brilhante). Com efeitos retroativos a junho de 2023.

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Brilhante - MS, de 17 de julho de 2025.

LUCAS CENTENARO FORONI
Prefeito Municipal

(*) Republicação do Decreto nº 34.156, de 17 de julho de 2025, por ter constado incorreção, quanto ao original, na Edição 360 do Diário Oficial do Município de 18 de julho de 2025.

Estado do Mato Grosso do Sul
Prefeitura Municipal de Rio Brilhante
"A Pequena Cativante"

DECRETO Nº 34.341, DE 09 DE OUTUBRO DE 2025

Dispõe sobre Promoção Horizontal.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRILHANTE,** Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais conferidas no art. 77, inciso IX da Lei Orgânica do Município de Rio Brilhante, resolve:

Art. 1º A fim de regularização da vida funcional, concedo ao(a) Servidor(a) Público(a) Municipal **Maria de Lourdes Nunes Pimentel Borges Silveira**, matrícula nº 1.684, ocupante do cargo efetivo de Instrutor de Programas Especiais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme segue.

§1.1 RECLASSIFICAÇÃO DEZEMBRO/2022

MATRÍCULA	NOME	LET	NUM	CLASS.	LET	NUM	CLASS.
1684	MARIA DE LOURDES NUNES PIMENTEL BORGES SILVEIRA	F	6	IV	G	7	IV

§1.2 RECLASSIFICAÇÃO DEZEMBRO/2024

MATRÍCULA	NOME	LET	NUM	CLASS.	LET	NUM	CLASS.
1684	MARIA DE LOURDES NUNES PIMENTEL BORGES SILVEIRA	G	7	IV	H	8	IV

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Brilhante - MS, de 09 de outubro de 2025.

LUCAS CENTENARO FORONI
Prefeito Municipal

Estado do Mato Grosso do Sul
Prefeitura Municipal de Rio Brilhante
"A Pequena Cativante"

DECRETO Nº. 34.336, DE 08 DE OUTUBRO DE 2025

*REPUBLICADO

Dispõe sobre reclassificação de Servidores Municipais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRILHANTE, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais conferidas no art. 77, inciso IX da Lei Orgânica do Município de Rio Brilhante, resolve:

Art. 1º Reclassificar os Servidores Públicos Municipais Administrativos abaixo relacionados, o qual completaram mais de dois anos de efetivo exercício no cargo, nos termos do Estatuto do Servidor Público do Município, com efeitos a partir de outubro de 2025.

§ 1.1 RECLASSIFICAÇÕES OUTUBRO/2025

MATRÍCULA	NOME	LET	NUM.	CLASS	LET.	NUM.	CLASS
2037	LILIAN MARA DE BRITO	G	7	IV	H	8	IV
2713	NICOLA DE REZENDE ANTIGO	D	4	IV	E	5	IV
2038	ROSANGELA DUTRA DA SILVA	G	7	I	H	8	I
2039	ROSELENE GOMES DA SILVA COSTA	G	7	IV	H	8	IV
1237	SENIR NEITZKE	K	11	II	L	12	II
2040	TATIANE MARIA ADLER PIAIA	G	7	IV	H	8	IV

Art. 2º Reclassificar os Servidores Públicos Municipais Administrativos abaixo relacionados, o qual completaram mais de dois anos de efetivo exercício no cargo, nos termos do Estatuto do Servidor Público do Município, com efeitos a partir de maio de 2024.

§ 1.1 RECLASSIFICAÇÕES MAIO/2024

MATRÍCULA	NOME	LET	NUM.	CLASS	LET.	NUM.	CLASS
2836	KAROLLAYNE FERREIRA DE MORAIS	B	2	IV	C	3	IV

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Brilhante - MS, 08 de outubro de 2025.

LUCAS CENTENARO FORONI
Prefeito Municipal

(*) Republicação do Decreto nº 34.336, de 09 de outubro de 2025, por ter constado incorreção, quanto ao original, na Edição 418 do Diário Oficial do Município de 09 de outubro de 2025.

Certidão Nº 001/2025

P.M.R.B – Secretaria Municipal
De Infra-Estrutura
PROTOCOLO Nº 3.629/2024
Certidão nº 001/2025

Certifico para os devidos fins e a quem interessar possa, que submetido a análise o processo de **Loteamento Urbano** denominado **EXPANSÃO II DO PRO-MORADIA XIV nº 3.629/2024**, objeto da matrícula n° 22.072 – C.R.I. de Rio Brilhante/MS, de propriedade da **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRILHANTE,** pessoa jurídica inscrita no CNPJ n° 03.681.582/0001-07, com sede no Paço Municipal, na Rua Athayde Nogueira, no município de Rio Brilhante-MS.

Situação das áreas após o Parcelamento:

Área dos lotes 01-06 da Quadra 503: 1.463,96 m²
Área dos lotes 01-19 da Quadra 502: 4.353,65 m²
Área dos lotes 01-20 da Quadra 501: 4.468,19 m²
Área dos lotes 01- 21 da Quadra 500: 4.702,87 m²
Área dos lotes 01-19 da Quadra 499: 4.306,47 m²
Área dos lotes 01-02 da Quadra 498: 485,40 m²
Área dos lotes 01-15 da Quadra 497: 3.344,00 m²
Área dos lotes 01-15 da Quadra 496: 3.360,72 m²
Área dos lotes 01-14 da Quadra 495: 3.037,46 m²

Área total: 29.522,72 m²

SITUAÇÃO LOTEADA

QUADRO DE ÁREAS		
DESCRIÇÃO	**ÁREA (m²)**	**UN.**
ARRUAMENTO	1.191,39	-
CALÇADA	5.485,89	-
LOTES	29.522,72	130
TOTAL	**36.200**	**130**

Todos os lotes e quadras pertencentes ao presente **LOTEAMENTO** estão em conformidade com o previsto na **LEI FEDERAL N° 6.766**, de 19 de dezembro de

1979, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências, **LEI N° 998**, de 28 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano no município de Rio Brilhante – MS e dá outras Providências, e recebeu benefícios preconizados na **LEI N° 1.956**, de 15 de abril de 2016, que instituiu o plano diretor deste município, sendo **APROVADO** por esta Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Por ser expressão da verdade
Passe o presente e assino.

Rio Brilhante-MS, 08 de outubro de 2025.

Ricardo A. Saueressig
Gerente de Habitação e Assuntos Fundiários
Decreto: 33476/2025